



**LEI MUNICIPAL Nº 1.251, DE 30 DE JUNHO DE 2022**

  
Publicado no site da Prefeitura  
Municipal  
21/07/2022  
Secretaria municipal de  
Comunicação

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias – LDO para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2023 e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto na Lei Orgânica Municipal, faz saber que Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONOU** a seguinte Lei:

**Disposições Preliminares**

**Art. 1º** São constituídas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, art. 129, Lei Orgânica e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e alterações posteriores, as diretrizes para a elaboração de lei orçamentária anual do exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X – definição de critérios para início de novos projetos;
- XI – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XII – incentivo à participação popular;
- XIII – as disposições gerais.





**Parágrafo único.** Integram esta lei os seguintes Anexos:

- I - Metas Fiscais;
- II - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;
- III - Riscos Fiscais.

## **Seção I**

### **Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal**

**Art. 2º** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo Metas e Prioridades desta Lei, nos termos do disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal.

**§ 1º** As metas e prioridades da Administração Pública Municipal deverão estar em consonância com aquelas especificadas na Lei que instituir o Plano Plurianual - PPA-2022-2025, para o respectivo exercício.

**§ 2º** Na elaboração da proposta orçamentária para 2023, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas e a satisfação das demandas sociais.

**§ 3º** Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023, será dada maior prioridade:

- I - às políticas de inclusão social;
- II - à austeridade na gestão dos recursos públicos; e
- III - à promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

**§ 4º** As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 (LOA 2023), após elaboração da Memória de Cálculo, se forem observadas alterações da legislação e mudanças na conjuntura econômica, nos parâmetros macroeconômicos utilizados para a estimativa das receitas e despesas e no comportamento da execução do orçamento de 2022, principalmente em virtude de riscos de Calamidade Pública vivida pelo Brasil em consequência da Pandemia



instaurada pelo COVID-19 trazendo um período de incertezas quanto às projeções para o exercício de **2023**.

**Art. 3º** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2023 a 2025, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estão identificadas no Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** A meta de resultado primário para o ano de 2023 fica destinada a atendimento de investimento, da dívida consolidada, passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

**Art. 4º** Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações, ainda fica autorizado atualizações das metas fiscais estabelecidas quando do envio da LOA – Lei Orçamentária Anual, em razão das incertezas quando das projeções da Economia do exercício de 2023.

## **Seção II**

### **Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual**

#### **Subseção I**

##### **Das Diretrizes Gerais**

**Art. 5º** As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza, fontes de recursos da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025.

**Art. 6º** O orçamento fiscal da seguridade social e o de investimento discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento, conforme previsto no art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.



**Art. 7º** O orçamento fiscal, o da seguridade social e o de investimento compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente.

**Art. 8º** O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I – texto da lei;
- II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexos do orçamento fiscal e o da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

**Art. 9º** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária anual, serão elaboradas em valores correntes dos exercícios de 2019 a 2021, bem como auferidas as metas de arrecadação no 1º Quadrimestre de 2022, e projetados os valores para o exercício de 2023, conforme Memória de Cálculo a ser publicadas e enviada juntamente com projeto de Lei Orçamentário Anual.

**Parágrafo único.** O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

**Art. 10.** Os órgãos da Administração encaminharão ao Setor de Planejamento do Poder Executivo, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo até 15 de julho de 2022 para fins de consolidação da receita municipal na memória de cálculo a ser disponibilizada até 31 de julho de 2022.

**Parágrafo único.** Enviarão ainda suas propostas orçamentárias para consolidação até 15 de agosto de 2022.



**Art. 11.** O Poder Legislativo encaminhará ao Setor de Planejamento do Poder Executivo, no mínimo noventa dias antes do prazo final para encaminhamento da proposta orçamentária, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

**Parágrafo único.** Caso não seja encaminhado a proposta orçamentária do Poder Legislativo no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o chefe do poder executivo autorizado a considerar os valores constantes do planejamento aprovado na lei orçamentária anual para 2022.

**Art. 12.** Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa.

**Art. 13.** A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, salvo quando houver sobras de recursos orçamentários.

§ 3º A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Diretoria de Orçamento, até 16 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2023 devidamente atualizados, para cumprimento do art. 100, § 5º, da Constituição Federal, e discriminada por grupos de natureza de despesas, conforme detalhamento constante do artigo 8º desta lei, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II- número do precatório;



- III- tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI- valor do precatório a ser pago;
- VII- data do trânsito em julgado; e
- VIII- número da vara ou comarca de origem.

**Art. 14** - Para efeito desta lei entende-se por:

- I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;
- II - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- III – subfunção: uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- V - atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- VI – projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- VII - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e
- VIII - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vincula.



§ 3º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

**Subseção II**  
**Das Disposições Relativas à Dívida e ao**  
**Endividamento Público Municipal**

**Art. 15.** A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

**Art. 16.** Na lei orçamentária para o exercício de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

**Art. 17.** A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito ou antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

**Subseção III**  
**Da definição de Montante e Forma de Utilização da**  
**Reserva de Contingência**



**Art. 18.** A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, destinada a atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

#### **Seção IV**

#### **Da Política de Pessoal**

#### **Subseção I**

#### **Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais**

**Art. 19.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Além de observar as definições constantes do *caput* do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no exercício financeiro de 2023 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da referida lei complementar.

§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão adotadas as seguintes medidas: eliminação de vantagens concedidas a servidores, eliminação de despesas com horas-extras, exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão, demissão de servidores admitidos em caráter temporário e as que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3º Fica autorizado a realização de concursos públicos, contratação por tempo determinado no exercício de 2023, mediante aprovação de lei específica com os cargos necessários.



## **Seção V**

### **Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município**

**Art. 20.** A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplarão medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando a sua racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

**Art. 21.** A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;



- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência, de alterações legais, daqueles já instituídos.

**Art. 22.** O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 23.** Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

## **Seção VI**

### **Do equilíbrio Entre Receitas e Despesas**

**Art. 24.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária anual serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

**Art. 25.** Os projetos de lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023, deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2023 a 2025, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

**Parágrafo único.** Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesas sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.



**Art. 26.** As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a) implementação das medidas previstas nos arts. 22 e 23 desta Lei;
- b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a) implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra;
- b) revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

**Art. 27.** As receitas diretamente arrecadadas por Órgãos e Fundos Municipais instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal, serão programadas de acordo com as seguintes prioridades:

- I - custeios administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;
- II- pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;
- III- contrapartida das operações de crédito; e
- IV- garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde e ao disposto no artigo 30, desta lei.

**Parágrafo único.** Somente depois de atendidas as prioridades supra arroladas poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

## **Seção VII**

### **Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho**

**Art. 28.** Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação de cada Gestão:



§ 1º Excluem-se do *caput* deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

§ 5º Restabelecida a arrecadação, ainda que parcial, a recomposição de dotações objeto de limitação de empenho dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, conforme disposto no art. 9º, § 1º da LRF.

### **Seção VIII**

#### **Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos**

**Art. 29.** O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

**Art. 30.** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a proporcionar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.



§ 1º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 2º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

### **Seção IX**

#### **Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas**

**Art. 31.** Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular de no mínimo um ano, emitida no exercício de 2023, apresentar comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, e observar as demais exigências do inciso V, do art. 33 da Lei Federal nº 13,019 de 31 de julho de 2017.

**Art. 32.** A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, deverá ser autorizada mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, desporto, recreativo, agropecuária, cooperação técnica, associativismo municipal e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

**Art. 33.** É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.



**Art. 34.** É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 35.** As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 36.** As transferências de recursos às entidades previstas nos art. 34 a 37 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, este último somente nas subvenções e contribuições, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**§ 1º** Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

**§ 2º** As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, na forma estabelecida pelo programa de Controle Interno Municipal.

**§ 3º** É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

**§ 4º** Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo os conselhos escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

**Art. 37.** A destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, deverá atender as



exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

**Parágrafo único.** As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

## **Seção X**

### **Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso**

**Art. 38.** O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 1º** Para atender ao *caput* deste artigo, os órgãos da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 10 (dez) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, os seguintes demonstrativos:

- I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 2º** A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

## **Seção XI**

### **Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos**



**Art. 39.** Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária anual de 2023 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei.

**Art. 40.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

## **Seção XII**

### **Da Definição das Despesas Considerados Irrelevantes**

**Art. 41.** Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

## **Seção XIII**

### **Do Incentivo à Participação Popular**

**Art. 42.** O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

**Parágrafo único.** O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 43.** Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2023, mediante regular processo de consulta;



II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

§ 1º As consultas públicas poderão serem eletrônicas no site do Município com a disponibilização de formulários consulta.

§ 2º As audiências públicas serão realizadas presencialmente quando for possível, e transmitidas via *live* pelos canais do Município.

§ 3º Mediante situação de Calamidade pública, Guerra e ou Pandemia as audiências públicas serão transmitidas via *live* pelos canais do Município.

#### **Seção XIV**

#### **Das Disposições Gerais**

**Art. 44.** O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5º, desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

**Parágrafo único.** A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

**Art. 45.** A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.



§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

§ 2º Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo autorizados, pela Lei Orçamentária, abrirem créditos adicionais de natureza suplementar, até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa prevista e orçada, bem como adotando elementos de despesa em cada programa, projetos ou atividades, atentando-se para as exclusões do limite que constam no artigo 7º da Lei Federal nº 4.320.

§ 3º O limite autorizado no § 2º, não será onerado quando o crédito se destinar a suprir a insuficiência das dotações de pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida pública Municipal, débitos constantes de precatórios judiciais, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de receitas vinculadas, até o limite de 40% (quarenta por cento).

**Art. 46.** A reabertura dos créditos extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivado mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 44 da Lei nº 4.320/1964.

**Art. 47.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária anual à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Constituição Estadual, art. 110A, inciso III, na omissão da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o final do exercício de 2022.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

**Art. 48.** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.



**Art. 49.** Cabe à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento determinará sobre:

- I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundos; e
- III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos, de que trata esta lei.

**Art. 50.** Todas as receitas realizadas e despesas efetuadas pela Administração Direta e Indireta, pelo RPPS e pelos Fundos Municipais integrantes do Orçamento Fiscal, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no Sistema “SOCF” (Sistema Orçamentário e Contábil Financeiro do Município) no mês em que ocorrer o respectivo ingresso, para fins de consolidação da receita e despesa municipal em atendimento aos art. 1º, 4º, 9º, 50, 51, 52, 53, 54 e 55, da Lei Complementar no 101, de 2000.

**Parágrafo único.** Fica os gestores, no âmbito de cada órgão, responsáveis pela inserção dos registros de todos, atos e fatos contábeis relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, no Sistema “SOCF” (Sistema Orçamentário e Contábil Financeiro do Município).

**Art. 51.** Os secretários municipais são responsáveis pelo ordenamento das despesas de suas pastas a fim de que se cumpram as metas estabelecidas nos respectivos programas.

**Art. 52.** Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos no caso de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas consideradas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução de projetos da administração municipal.



**Art. 53.** O montante do orçamento poderá ser atualizado monetariamente no primeiro mês do exercício financeiro, com base no último trimestre e, no primeiro mês de cada trimestre subsequente, sempre com base nos últimos três meses.

**Parágrafo Único.** Utilizar-se-á para efeito deste artigo, para suprir deficiências de dotações relativas à transferência ao Estado e à União, automaticamente, fonte de recursos estabelecida no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, com a efetividade arrecadada no exercício.

**Art. 54.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO**, Estado de Goiás, aos 30 (trinta) dias do mês de junho de 2022.



**ALEANDRO OLÍVIO CALDATO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2023

AMF - DEMONSTRATIVO 1 (LRF, ART. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita total	212.903.259,37	235.790.359,75	0,1020	126,2010	229.935.520,11	248.330.361,72	0,1020	126,2010	246.904.761,49	265.126.332,89	0,1020	126,2010
Receitas Primárias (I)	212.767.808,04	235.640.347,40	0,1020	126,1207	229.789.232,68	248.172.371,29	0,1020	126,1207	246.747.678,05	264.957.656,69	0,1020	126,1207
Despesa Total	212.903.259,37	235.790.359,75	0,1020	126,2010	229.935.520,11	248.330.361,72	0,1020	126,2010	246.904.761,49	265.126.332,89	0,1020	126,2010
Despesas Primárias (II)	190.016.158,98	210.442.896,07	0,0911	112,6344	205.217.451,69	221.634.847,83	0,0911	112,6344	220.301.287,89	236.559.522,94	0,0910	112,6031
Resultado Primário (III) = (I-II)	22.751.649,06	25.197.451,33	0,0109	13,4863	24.571.780,99	26.537.523,47	0,0109	13,4863	26.446.390,16	28.398.133,75	0,0109	13,5176
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,0000
Dívida Pública Consolidada	148.773.608,21	164.766.771,09	0,0713	88,1874	160.675.496,86	173.529.536,61	0,0713	88,1874	172.533.348,52	185.266.309,64	0,0713	88,1874
Dívida Consolidada Líquida	123.311.689,70	136.567.696,34	0,0591	73,0945	133.176.624,87	143.830.754,86	0,0591	73,0945	143.005.059,78	153.558.833,19	0,0591	73,0945
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,0000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,0000
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,0000

Nota:

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB Real (crescimento % anual)	208.672.000.000,00	225.365.760.000,00	241.997.753.088,00
Inflação Média (% anual) projetada do INPC	10,75	8,00	7,38



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

2023

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							"Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita total	197.976.063,92	6.091.571,40	0,0000	173.304.015,07	5.332.431,22	113.7714	- 24.672.048,85	- 12,4621
Receitas Primárias (I)	0,00	0,0000	0,0000	171.959.461,24	5.291.060,22	112,8887	171.959.461,24	0,0000
Despesa Total	197.976.063,92	6.091.571,40	0,0000	161.494.524,49	4.969.062,22	106,0186	- 36.481.539,43	- 18,4272
Despesas Primárias (II)	0,00	0,0000	0,0000	161.494.524,49	4.969.062,22	106,0186	161.494.524,49	0,0000
Resultado Primário (III) = (I-II)	0,00	0,0000	0,0000	10.464.936,75	321.998,05	6,8701	10.464.936,75	0,0000
Resultado Nominal	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,0000
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,0000	0,0000	145.421.411,30	4.474.504,22	95,4669	145.421.411,30	0,0000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,0000

Nota:  
PIB Estadual Previsto e Real:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão de PIB para 2021	3,25
Valor real do PIB de 2021	3,25



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2023

AMF – DEMONSTRATIVO 3 (LRF, ART.4º, §2º, INCISO II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	157.076.211,70	197.976.063,92	26,04	192.237.705,98	- 2,90	212.903.259,37	10,75	229.935.520,11	8,00	246.904.761,49	7,38
Receita Primárias (I)	152.490.627,49		- 100,00	191.699.440,40		212.767.808,04	10,99	229.789.232,68	8,00	246.747.678,05	7,38
Despesa Total	134.182.611,08	197.976.063,92	47,54	192.237.705,98	- 2,90	212.903.259,37	10,75	229.935.520,11	8,00	246.904.761,49	7,38
Despesa Primárias (II)	128.243.155,95		- 100,00	190.142.314,98		190.016.158,98	- 0,07	205.217.451,69	8,00	220.301.287,89	7,35
Resultado Primário (I-II)	24.247.471,54		- 100,00	1.557.125,42		22.751.649,06	1.361,13	24.571.780,99	8,00	26.446.390,16	7,63
Resultado Nominal	12.274.770,14		- 100,00	22.549.482,91			- 100,00				
Dívida Pública Consolidada	116.647.771,82		- 100,00	123.311.689,70		148.773.608,21	20,65	160.675.496,86	8,00	172.533.348,52	7,38
Dívida Consolidada Líquida	101.328.676,39		- 100,00	94.984.650,52		123.311.689,70	29,82	133.176.624,87	8,00	143.005.059,78	7,38

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	157.076.211,70	208.369.807,28	32,66	199.139.039,62	- 4,43	235.790.359,75	18,40	248.330.361,72	5,32	265.126.332,89	6,76
Receita Primárias (I)	152.490.627,49		- 100,00	198.581.450,31		235.640.347,40	18,66	248.172.371,29	5,32	264.957.656,69	6,76
Despesa Total	134.182.611,08	208.369.807,28	55,29	199.139.039,62	- 4,43	235.790.359,75	18,40	248.330.361,72	5,32	265.126.332,89	6,76
Despesa Primárias (II)	128.243.155,95		- 100,00	196.968.424,09		210.442.896,07	6,84	221.634.847,83	5,32	236.559.522,94	6,73
Resultado Primário (I-II)	24.247.471,54		- 100,00	1.613.026,22		25.197.451,33	1.462,12	26.537.523,47	5,32	28.398.133,75	7,01
Resultado Nominal	12.274.770,14		- 100,00	23.359.009,35			- 100,00				
Dívida Pública Consolidada	116.647.771,82		- 100,00	127.738.579,36		164.766.771,09	28,99	173.529.536,61	5,32	185.266.309,64	6,76
Dívida Consolidada Líquida	101.328.676,39		- 100,00	98.394.599,47		136.567.696,34	38,80	143.830.754,86	5,32	153.558.833,19	6,76



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2023

AMF - DEMONSTRATIVO 4 (LRF, ART.4º, §2º, INCISO III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	22.077.301,17	100,00	18.520.190,88	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.077.301,17</b>	<b>100,00</b>	<b>18.520.190,88</b>	<b>100,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	0,00	0,00	10.071.169,94	100,00	7.346.285,19	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.071.169,94</b>	<b>0,00</b>	<b>7.346.285,19</b>	<b>100,00</b>



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2023

AMF - DEMONSTRATIVO 5 (LRF, ART.4º, §2º, INCISO III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.607.784,41	602.662,22	1.049.418,86
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.607.784,41	602.662,22	1.049.418,86

  

DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

  

SALDO FINANCEIRO	2021 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2020 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2019 (i) = (Ic - IIj)
VALOR (III)	3.259.865,49	1.652.081,08	1.049.418,86



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
ANEXO X  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
2023

	R\$ 1,00		
RECEITAS	2021	2020	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	8.168.924,50	7.042.557,64	6.451.778,19
Receita de Contribuições dos Segurados	7.599.462,06	6.636.751,36	5.728.946,69
Civil	7.599.462,06	6.636.751,36	5.728.946,69
Ativo	7.544.035,36	6.597.636,92	5.460.601,91
Inativo	55.426,70	39.114,44	268.344,78
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	62.940,84	14,63
Civil	0,00	62.940,84	14,63
Ativo	0,00	62.940,84	14,63
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	569.462,44	342.865,44	722.816,87
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	569.462,44	342.865,44	722.816,87
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
ANEXO X  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
2023

		R\$ 1,00		
	RECEITAS	2021	2020	2019
	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>8.168.924,50</b>	<b>7.042.557,64</b>	<b>6.451.778,19</b>
	DESPESAS	2021	2020	2019
	Benefícios - Civil	8.109.050,35	7.453.370,01	7.038.186,40
	Aposentadorias	6.700.648,33	6.267.829,04	5.834.629,73
	Pensões	1.408.402,02	1.185.540,97	1.013.353,27
	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	190.203,40
	Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
	Reformas	0,00	0,00	0,00
	Pensões	0,00	0,00	0,00
	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
	Outras Despesas Previdenciárias	805.288,36	873.135,70	2.766.389,80
	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
	Demais Despesas Previdenciárias	805.288,36	873.135,70	2.766.389,80
	<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)</b>	<b>8.914.338,71</b>	<b>8.326.505,71</b>	<b>9.804.576,20</b>
	<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)</b>	<b>- 745.414,21</b>	<b>- 1.283.948,07</b>	<b>- 3.352.798,01</b>
	RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021	2020	2019
	VALOR	21.336.566,51	11.156.987,31	8.764.589,96
	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2020	2019
	VALOR	0,00	0,00	0,00



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
ANEXO X  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
2023

R\$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		2021	2020	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar		0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos		0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	0,00	0,00

  

APORTES DE RECURSOS PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		2021	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa		431.543,91	1.210.004,65	229.723,08
Investimentos e Aplicações		21.993.611,75	8.799.343,04	7.014.377,96
Outro Bens e Direitos		90.996,73	78.836,73	65.052,73

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	PLANO PREVIDENCIÁRIO				SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)		
2020	10.088.184,48	0,00	10.088.184,48	10.088.184,48	
2021	15.637.897,61	61.039.146,50	- 45.401.248,89	- 35.313.064,41	
2022	12.214.372,85	42.320.836,52	- 30.106.463,67	- 65.419.528,08	
2023	11.809.903,32	39.344.977,90	- 27.535.074,58	- 92.954.602,66	
2024	11.565.594,68	37.831.404,79	- 26.265.810,11	- 119.220.412,77	
2025	10.841.304,32	33.809.746,64	- 22.968.442,32	- 142.188.855,09	
2026	9.976.466,52	29.758.420,72	- 19.781.954,20	- 161.970.809,29	
2027	9.257.637,90	26.638.546,23	- 17.380.908,33	- 179.351.717,62	
2028	8.674.585,98	24.456.396,50	- 15.781.810,52	- 195.133.528,14	
2029	8.150.576,04	22.445.670,26	- 14.295.094,22	- 209.428.622,36	
2030	7.518.888,78	20.376.739,34	- 12.857.850,56	- 222.286.472,92	
2031	6.981.480,43	18.518.599,39	- 11.537.118,96	- 233.823.591,88	
2032	6.292.219,16	16.417.955,16	- 10.125.736,00	- 243.949.327,88	
2033	5.747.031,34	14.759.387,20	- 9.012.355,86	- 252.961.683,74	



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
ANEXO X  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
2023

				R\$ 1,00
2034	5.126.875,09	12.979.893,42	- 7.853.018,33	- 260.814.702,07
2035	4.647.502,09	11.676.537,40	- 7.029.035,31	- 267.843.737,38
2036	4.277.504,05	10.675.574,36	- 6.398.070,31	- 274.241.807,69
2037	3.533.764,84	8.883.150,74	- 5.349.385,90	- 279.591.193,59
2038	2.857.743,85	7.395.938,60	- 4.538.194,75	- 284.129.388,34
2039	2.145.037,15	5.886.828,11	- 3.741.790,96	- 287.871.179,30
2040	1.792.698,89	5.015.953,17	- 3.223.254,28	- 291.094.433,58
2041	1.485.253,35	4.234.881,02	- 2.749.627,67	- 293.844.061,25
2042	1.194.875,00	3.555.953,93	- 2.361.078,93	- 296.205.140,18
2043	966.616,39	2.862.761,44	- 1.896.145,05	- 298.101.285,23
2044	725.476,26	2.312.118,54	- 1.586.642,28	- 299.687.927,51
2045	620.626,57	2.057.406,99	- 1.436.780,42	- 301.124.707,93
2046	486.277,20	1.754.276,85	- 1.267.999,65	- 302.392.707,58
2047	374.688,32	1.331.607,65	- 956.919,33	- 303.349.626,91
2048	274.890,44	1.045.632,14	- 770.741,70	- 304.120.368,61
2049	211.242,99	843.065,85	- 631.822,86	- 304.752.191,47
2050	163.977,28	658.277,49	- 494.300,21	- 305.246.491,68
2051	109.142,26	549.874,10	- 440.731,84	- 305.687.223,52
2052	70.871,91	463.990,21	- 393.118,30	- 306.080.341,82
2053	55.915,77	421.320,98	- 365.405,21	- 306.445.747,03
2054	40.860,65	323.365,29	- 282.504,64	- 306.728.251,67
2055	35.505,72	285.548,66	- 250.042,94	- 306.978.294,61
2056	25.508,03	262.153,95	- 236.645,92	- 307.214.940,53
2057	20.543,53	218.182,94	- 197.639,41	- 307.412.579,94
2058	14.044,29	145.969,03	- 131.924,74	- 307.544.504,68
2059	11.096,79	123.297,57	- 112.200,78	- 307.656.705,46
2060	10.231,19	113.679,95	- 103.448,76	- 307.760.154,22
2061	9.875,15	109.723,93	- 99.848,78	- 307.860.003,00
2062	7.876,66	87.518,41	- 79.641,75	- 307.939.644,75



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
ANEXO X  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
2023

				R\$ 1,00
2063	6.761,21	75.124,52	- 68.363,31	- 308.008.008,06
2064	4.794,66	53.274,04	- 48.479,38	- 308.056.487,44
2065	4.794,66	53.274,04	- 48.479,38	- 308.104.966,82
2066	4.474,17	49.712,97	- 45.238,80	- 308.150.205,62
2067	4.474,16	49.712,97	- 45.238,81	- 308.195.444,43
2068	2.752,99	30.588,74	- 27.835,75	- 308.223.280,18
2069	2.752,99	30.588,74	- 27.835,75	- 308.251.115,93
2070	2.233,93	24.821,41	- 22.587,48	- 308.273.703,41
2071	1.722,05	19.133,96	- 17.411,91	- 308.291.115,32
2072	1.722,05	19.133,96	- 17.411,91	- 308.308.527,23
2073	1.722,05	19.133,96	- 17.411,91	- 308.325.939,14
2074	1.722,06	19.133,96	- 17.411,90	- 308.343.351,04
2075	1.722,05	19.133,96	- 17.411,91	- 308.360.762,95
2076	1.722,05	19.133,96	- 17.411,91	- 308.378.174,86
2077	1.722,05	19.133,96	- 17.411,91	- 308.395.586,77
2078	1.722,05	19.133,96	- 17.411,91	- 308.412.998,68
2079	1.722,06	19.133,96	- 17.411,90	- 308.430.410,58
2080	1.722,05	19.133,96	- 17.411,91	- 308.447.822,49
2081	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2082	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2083	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2084	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2085	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2086	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2087	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2088	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2089	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2090	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2091	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
ANEXO X  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
2023

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
				R\$ 1,00
2092	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2093	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
2094	0,00	0,00	0,00	- 308.447.822,49
<b>PLANO FINANCEIRO</b>				



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2023

AMF - DEMONSTRATIVO 7 (LRF, ART. 4º, § 2º, INCISO V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
SEM MOVIMENTAÇÃO			0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>			0,00	0,00	0,00	



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

ANEXO XIII

2023

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais: *PRECATORIOS	1.602.576,60	*PRECATORIOS	1.602.576,60
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.602.576,60</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.602.576,60</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação: PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO MAIOR QUE O REALIZADO	526.455,98	*RESERVAS DE CONTINGENCIA	526.455,98
<b>SUBTOTAL</b>	<b>526.455,98</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>526.455,98</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.129.032,58</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.129.032,58</b>